

O leque de possíveis medidas internas da esfera de actuação da EGF susceptíveis de conduzirem a um melhor desempenho económico da ERSUC;

Considerando ainda:

A premência da concretização de uma solução para a gestão dos RSU produzidos na área de intervenção do sistema da ERSUC, atendendo à actual situação em termos de utilização de infra-estruturas do sistema, em particular no que concerne ao volume de encaixe disponível nos aterros existentes;

A necessidade de o sistema da ERSUC incorporar no seu planeamento económico-financeiro as opções tecnológicas que consubstanciam a estratégia de gestão de RSU preconizada;

A reunião do conselho consultivo da ERSUC com o Secretário de Estado do Ambiente, que permitiu uma reflexão aprofundada sobre as opções a tomar;

Determino que:

1 — A EGF — Empresa Geral do Fomento (EGF), em articulação com os municípios envolvidos, deve tomar as medidas necessárias à concretização, na área de intervenção do sistema da ERSUC — Resíduos Sólidos do Centro, S. A., de um modelo técnico de tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos baseado na tecnologia de tratamento mecânico e biológico (TMB).

2 — O modelo técnico a adoptar deve contemplar preferencialmente a implantação de duas unidades de TMB, sem prejuízo da instalação de determinadas valências apenas numa dessas unidades, se conveniente e adequado.

3 — A decisão sobre requisitos técnicos do modelo a concretizar e a localização das infra-estruturas necessárias deve ter em conta os resultados da avaliação desenvolvida no âmbito do estudo «Tratamento, valorização e destino final dos resíduos sólidos urbanos da ERSUC», sem prejuízo dos estudos complementares necessários.

4 — As medidas a aplicar referidas no n.º 1 incluem designadamente:

- a) Preparação da candidatura a fundos comunitários, considerando os investimentos associados ao modelo técnico a implementar;
- b) Preparação de peças concursais e abertura de concursos públicos.

5 — Fica sem efeito a candidatura ao Fundo de Coesão apresentada no âmbito do modelo técnico anteriormente previsto para a área de intervenção do sistema da ERSUC, assente na tecnologia de incineração dedicada.

6 — A EGF e a ERSUC devem envidar esforços para que o modelo técnico a que se refere o n.º 1 seja concretizado no prazo máximo de três anos a contar da assinatura do presente despacho.

7 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

9 de Agosto de 2006. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 9691/2006

1 — Faz-se público que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo pretende recrutar em regime de requisição ou por transferência, nos termos, respectivamente, dos artigos 27.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, funcionários públicos, com vínculo à administração pública central, detentores das seguintes categorias:

Três técnicos superiores licenciados em Direito, para o exercício de funções no Gabinete de Apoio Jurídico, em Setúbal, Santarém e nas Caldas da Rainha, na área do ambiente, ordenamento do território e instrução de processos de contra-ordenação;

Três assistentes administrativos, para o exercício de funções nas áreas de pessoal, secretariado, expediente e arquivo, em Lisboa.

2 — As condições de trabalho e regalias sociais serão as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

3 — Os eventuais interessados deverão, no prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, formalizar a sua candidatura mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, acompanhado de *curriculum vitae*, a ser entregue pessoalmente durante as horas normais de expediente ou remetido pelo correio para a Rua da Artilharia Um, 33, 1269-145 Lisboa.

No requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa;
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Situação profissional, com indicação da carreira e categoria detida, serviço e quadro de pessoal a que pertence, bem como natureza do vínculo;
- d) Experiência profissional, com indicação das funções consideradas mais relevantes para o exercício do lugar.

4 — A selecção ficará dependente de entrevista a realizar com os candidatos, que serão oportunamente contactados para o efeito, por via postal ou telefónica.

27 de Julho de 2006. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Despacho n.º 18 254/2006

Designo para me substituir, no meu período de férias de 24 a 28 de Julho de 2006, a vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Dr.ª Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião.

21 de Julho de 2006. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 18 255/2006

Por despacho de 14 de Setembro de 2005, proferido pelo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com o preceituado na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, Maria João da Silva Pinto, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, foi nomeada técnica superior principal, escalão 1, índice 510, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Julho de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho (extracto) n.º 18 256/2006

Por despachos de 14 de Julho de 2006, proferidos pelo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com o preceituado na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março:

Foi António Alfredo Cunha Ferreira, técnico de informática do grau 1, nível 3, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeado definitivamente na categoria de técnico de informática do grau 2, nível 1, escalão 1, índice 470, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

Foi Ilda Maria Figueiredo Carias, desenhadora especialista do quadro de pessoal dos gabinetes de apoio técnico (GAT) da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada desenhadora especialista principal, escalão 2, índice 326, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

Foi Luísa Adelina Cerdeira Monteiro Belo Nogueira, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada técnica superior principal, escalão 1, índice 510, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

Foi Maria Elvira Seabra Zuzarte Reis Rações, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada técnica superior principal, escalão 2, índice 560, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

Foi Maria Margarida Nogueira Ferreira, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da ex-CCRLVT, nomeada assistente administrativa especialista, escalão 1, índice 269, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

Foi Orlanda Batista Monteiro Alves Gomes, desenhadora especialista do quadro de pessoal dos gabinetes de apoio técnico (GAT) da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada desenhadora especialista principal, escalão 1, índice 316, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

Foi Paulo Sérgio Noronha da Silva Medalha, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, nomeado técnico profissional de 1.ª classe, escalão 1, índice 222, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

Foi Pedro Manuel Araújo Dias Costa, assessor do quadro de pessoal dos gabinetes de apoio técnico (GAT) da ex-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

nação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeado assessor principal, escalão 1, índice 710, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Julho de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho (extracto) n.º 18 257/2006

Por despacho de 14 de Agosto de 2006, proferido pelo vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no uso de competência delegada por despacho n.º 23 130/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 265, de 11 de Novembro de 2004, foi a Vítor Manuel Martins da Silva, assistente administrativo especialista, escalão 5, índice 337, do quadro de pessoal da ex-DRARN-LVT, autorizada a transição para a carreira de vigilante da natureza, na categoria de vigilante da natureza principal do mesmo quadro, sendo posicionado no escalão 5, índice 340, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 4 e dos n.ºs 5 e 9 do artigo 16.º e da alínea f) do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 470/99, de 6 de Novembro, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Agosto de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho (extracto) n.º 18 258/2006

Por despacho de 14 de Agosto de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, foi autorizada a transferência, a Margarete de Fátima Neves de Sousa Machado Ferreira, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com igual categoria, para o quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do artigo 27.º-A, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a 1 de Outubro de 2006, ficando exonerada do lugar de origem a partir da referida data. (Isento de fiscalização prévia.)

16 de Agosto de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho (extracto) n.º 18 259/2006

Por despacho de 14 de Agosto de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, José Fernando Inácio, consultor jurídico principal, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, foi nomeado definitivamente na categoria de assessor principal da carreira de consultor jurídico, com efeitos a 11 de Setembro de 2004, ficando posicionado no escalão 1, índice 710, nos termos dos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 29.º e do n.º 3 artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho. (Isento de fiscalização prévia.)

16 de Agosto de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho (extracto) n.º 18 260/2006

Por despacho de 3 de Julho de 2006 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Sebastião Augusto Bandeira de Lima Rego, assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Saúde, em regime de requisição na CCDRLVT, foi autorizado a exercer actividade privada fora do âmbito das atribuições e competências cometidas à CCDRLVT, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e dos artigos 2.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia.)

21 de Agosto de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho (extracto) n.º 18 261/2006

Por meus despachos de 21 de Agosto de 2006, por delegação:

Foi Maria Margarida Magalhães Colaço, arquitecta principal da carreira de arquitecto do quadro dos Serviços Centrais desta Direc-

ção-Geral, nomeada, precedendo concurso, arquitecta assessora, do mesmo quadro e carreira.

Foi José Ivo de Freitas, técnico profissional especialista da carreira de técnico profissional do quadro dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, nomeado, precedendo concurso, técnico profissional especialista principal, do mesmo quadro e carreira.

Foram Maria Irene Lopes Carvalho Borbinha, Maria Fernanda dos Santos Afonso, Ana Paula Vitória Grilo Ferreira, Maria Fernanda Bandeira Santa Cruz Costa e Anabela de Fátima Carreiro Pitta da Graça, assistentes administrativas principais da carreira de assistente administrativo do quadro dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, nomeadas, precedendo concurso, assistentes administrativas especialistas, do mesmo quadro e carreira.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2006. — O Subdirector-Geral, *António José Correia Abrantes*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 607/2006

Passou à situação de aposentação, após 37 anos de serviço, a auxiliar administrativa do quadro de pessoal do ex-IGM, requisitada pela Secretaria-Geral deste Ministério, Virgínia da Conceição Ferreira Gomes.

Durante este longo período de dedicação à causa pública a auxiliar administrativa sempre demonstrou um sentido inequívoco de profissionalismo, que aliado à sua competência e às relações humanas que soube manter, são bem merecedoras de público elogio.

Tal desempenho foi um privilégio para todos aqueles que com ela privaram, que sem dúvida motivam um sentimento comum de elevada consideração e estima.

1 de Agosto de 2006. — O Chefe de Gabinete, *João Correia Neves*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação

Despacho n.º 18 262/2006

1 — Nos termos conjugados do preceituado no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, como adjunta deste Gabinete, a licenciada Maria Helena de Carvalho e Silva Afonso, mantendo-se, para o efeito, na situação de requisitada à Direcção-Geral do Orçamento.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura e revoga o meu anterior despacho n.º 10 685/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Maio de 2005.

21 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 18 263/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 do director-geral das Pescas e Aquicultura, foi alterado o aviso n.º 6860/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 16 de Junho de 2006, sendo aditado, ao respectivo texto, o n.º 15.2 com o seguinte teor:

«15.2 — O presente aviso substitui o aviso n.º 5250/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2006, aproveitando-se, porém, todas as candidaturas já apresentadas no prazo neste previsto para tal efeito».

18 de Agosto de 2006. — A Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Fernanda Guia*.